



Fenaban frustra os bancários e não avança na proteção contra a covid-19



Bancos frustram trabalhadores e não atendem principais reivindicações

Na véspera de completar um ano da primeira reunião entre o Comando Nacional dos Bancários e a Federação Nacional dos Bancos (Fenaban) para debater ações que protejam a categoria bancária contra a pandemia do coronavírus, as partes voltaram a se reunir para discutir medidas contra o agravamento da situação. Neste período, 35 reuniões trataram do assunto, sendo 19 de forma específicas. Porém, o resultado da reunião de quinta-feira, dia 11/03, não foi dos melhores. Os bancos disseram que irão reduzir o horário de atendimento: das 9h às 10h, atendimento exclusivo aos clientes do grupo de riscos, idosos e gestantes. Entre 10h e 15h, no máximo, atendimento aos demais clientes. Essas limitações de horário não valem para a Caixa, que irá iniciar o pagamento da nova fase do auxílio emergencial. Sobre o teletrabalho, a Fenaban informou que 14 instituições financeiras já efetuaram o retorno dos trabalhadores do sistema presencial para o teletrabalho. Ficou de apurar ainda se outros bancários irão retornar a esta situação.

Outra reivindicação foi a suspensão das demissões nesse pior momento da pandemia, mas os bancos também não

tinham uma resposta pronta. A Fenaban se comprometeu em dar um retorno sobre esse tema em novas reuniões nesta sexta, 12/03, e na próxima terça-feira, 16/03. Também ficaram pendentes outras duas reivindicações: a suspensão das visitas externas, já que isso potencializa o risco dos bancários serem contaminados pelo coronavírus e a redução das metas durante a pandemia.

A única boa notícia ficou por conta da proposta de inclusão da categoria bancária como prioritária no Plano Nacional de Vacinação contra a covid-19, após os grupos de risco. A Fenaban concordou prontamente e prometeu reforçar os esforços do movimento sindical junto ao poder público.

“Precisamos ter mais rigor no cumprimento das medidas de proteção, a volta do teletrabalho, o fim das demissões e a redução do horário de atendimento e das metas. A gente está pedindo para que os bancários não fiquem tão expostos como estão agora. Agora, esperamos que nesta sexta-feira as negociações avancem”, disse Juvandira Moreira, presidenta da Contraf-CUT. Mais informações sobre este assunto em www.pactu.org.br

Funcionários do BB aprovam acordo emergencial da covid-19

Em assembleias virtuais realizadas no dia 10/03, funcionários do Banco do Brasil de todo o país aprovaram a renovação do Acordo Coletivo de Trabalho Emergencial que prevê o não descomissionamento por desempenho enquanto perdurar a pandemia e o banco de horas em decorrência do afastamento do trabalho para conter o contágio

e a propagação do vírus, com anistia de 10% do saldo total de horas negativas a compensar, no prazo de 18 meses.

A renovação do acordo, negociada pelo Comando Nacional dos Bancários com o Banco do Brasil, era uma demanda de mais de 3.500 funcionários de todo o país. Leia mais em www.pactu.org.br

PLR: BB paga hoje e a Caixa não antecipa

O Banco do Brasil está pagando a PLR aos seus funcionários nesta sexta-feira, dia 12/03. No BB a PLR é paga semestralmente e os valores correspondem à soma do módulo Fenaban e do módulo BB. Pelo módulo Fenaban, o funcionário recebe 45% do salário parâmetro definido no acordo, acrescido de parcela fixa a ser definida pelo banco, para cada semestre. O módulo BB é formado por uma parcela constituída pela divisão entre os funcionários de 4% do lucro líquido verificado no semestre, mais uma parcela que varia conforme o cumprimento do Acordo de Trabalho (ATB) ou Conexão. Já os empregados da Caixa Econômica Federal receberão a segunda parcela da PLR até o dia 31 de março. Essa foi a resposta da direção do banco à cobrança da Contraf-CUT, sobre a previsão da publicação do balanço e antecipação do pagamento. Segundo a Comissão Executiva dos Empregados da Caixa (CEE/Caixa), até agora o balanço do banco não foi publicado, o que está gerando certa preocupação. Leia mais em www.pactu.org.br

Contraf-CUT ouve bancários sobre o Projeto Itaú 2030



O Projeto Itaú 2030 está sendo implementado aos poucos em algumas agências do banco. Ele prevê mudanças na estrutura de cargos, com a unificação das diretorias Comercial e Operacional, e também a substituição do AGIR (programa de remuneração variável dos bancários da rede de agências) pelo GERA. Diante disso, a Contraf-CUT quer saber a opinião dos bancários e bancárias do Itaú sobre as mudanças, para que possa negociar melhorias nas condições de trabalho. Para participar basta preencher o questionário, disponível nos sites www.pactu.org.br e www.contrafcut.org.br

PEC Emergencial é um engodo

E o valor do auxílio é menor que o anterior

Com três meses de atraso, o Congresso Nacional aprovou a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 186, que recria o Auxílio Emergencial. Na propaganda, a PEC objetiva socorrer desempregados e trabalhadores informais sem renda durante a nova fase da pandemia. Na prática, no entanto, é mais um engodo do governo para levar adiante a sua política neoliberal. O texto foi aprovado na íntegra pelo Senado, mas na Câmara Federal, por pressão de partidos da oposição, foram retirados os trechos que proibia a progressão de carreira dos servidores e que autorizava o governo a usar o dinheiro de fundos constitucionais, como o do pré-sal, da saúde, da educação, da segurança e outros, para abater dívidas com os bancos.

No entanto, a PEC continuou muito ruim ao impor um profundo arrocho fiscal e a constitucionalização de tudo de ruim que o ministro da Economia, Paulo Guedes, patrocinou desde a reforma da Previdência até hoje. Ela impede investimentos públicos, congela salários de servidores, acaba com a valorização do salário mínimo e atinge diretamente o SUS (Sistema Único de Saúde), ao não prevenir outras despesas para combate à pandemia, como a abertura de leitos de UTI e a contratação de médicos. Até mesmo o Programa de Manutenção do Emprego e da Renda não terá novos recursos. E o mais grave é que não há nada de concreto em relação ao Auxílio Emergencial, a não ser um teto para um valor muito pequeno, que pode variar entre R\$ 175 e R\$ 375 pelos próximos quatro meses. A PEC emergencial, portanto, é mais um ataque direto à classe trabalhadora e extremamente prejudicial à população.

Gaíxa agenda negociação

Em resposta a pedido feito pela Contra-CUT, a Caixa Econômica Federal marcou para a próxima terça-feira, dia 16/03, uma reunião da mesa permanente de negociação para discutir as medidas anunciadas para a utilização dos sistemas do banco em acesso remoto e fatores de autenticação próprios. A Comissão Executiva dos Empregados (CEE) da Caixa também irá cobrar o fortalecimento dos protocolos de saúde contra a Covid-19, para proteger os empregados e a população, e cobrar a cobertura de custos do trabalho remoto para empregados. Leia mais em

www.pactu.org.br

Brasil teve maior queda do PIB nos últimos 25 anos



Além do drama sofrido pela população brasileira com a pandemia da covid-19, potencializada pela falta de vacinação em massa, o país virou o ano de 2020 com um recorde indesejável: uma queda no PIB (Produto Interno Bruto) de 4,1%, a maior nos últimos 25 anos. Isto significa que o país está mais pobre, produzindo menos e empregando menos.

A pandemia colaborou para isto, sem dúvida, mas o grande problema mesmo foram os erros que o governo cometeu ao apostar no receituário neoliberal e no fim de direitos sociais através da reforma da Previdência e do aprofundamento da reforma trabalhista. O ministro da Economia, Paulo Guedes, vendeu a ideia de que sua receita realocaria a economia nos trilhos, mas não é o que acontece. Guedes vem repetindo no Brasil os erros com os quais a-preendeu no Chile, que ainda hoje segue entre os países mais desiguais do mundo.

PODE PIORAR - Com o recuo do PIB, o Brasil caiu de 10º para 12º lugar no ranking da economia global. Um estudo da consultoria britânica CEBR indica que o Brasil, sem sinais de recuperação e com o atraso na vacinação em massa contra a covid-19, caminha para a 13ª posição no ranking em 2021.

JÁ FOI MELHOR - Em 2011, o país era a

sexta maior economia do mundo, à frente do Reino Unido. Na época, a política econômica era eficiente e a produção nacional competia com outros países porque o real também era forte frente ao dólar. O trabalhador era valorizado, com direitos preservados, o governo investia em inúmeros programas sociais e o país conseguiu reduzir a extrema pobreza em 75%.

Esse ciclo foi quebrado em 2016, com o golpe contra a ex-presidenta Dilma Rousseff e que culminou com a chegada de Bolsonaro ao governo. Hoje a miséria e a fome voltaram a assombrar milhões de lares Brasil a fora.

Considerando os últimos 25 anos, 2020 registrou o menor PIB no segundo ano de governo dos últimos quatro presidentes da República, lembrando que Fernando Henrique Cardoso e Lula governaram durante oito anos cada. Veja a comparação:

1996: **+2,21%** (FHC)
2000: **+4,39%** (FHC)
2004: **+5,76%** (Lula)
2007: **+6,07%** (Lula)
2012: **+1,92%** (Dilma)
2020: **-4,1%** (Bolsonaro)

Multinacionais desistem do Brasil

O ministro da Economia, Paulo Guedes, tenta emplacar o discurso de que a maioria dos setores da indústria estão em “forte recuperação” no país. O PIB negativo de 4,1%, em 2020, já é o suficiente para mostrar inconsistência na fala de Guedes.

Porém, há outros fatores negativos, gritantes e preocupantes para a economia nacional. Sem controle da pandemia, sem vacinação em massa, sem política econômica e um governo perdido, sem projetos e isolado do mundo, o Brasil não atrai investimentos e assiste à debandada de empresas multinacionais que não enxergam mais no país um lugar promissor para seus negócios.

Nos últimos três anos a indústria brasileira caiu ao menor nível nos últimos 70 anos. Pior é que não há perspectiva de recuperação a curto ou

médio prazo. A saída da Ford, da Sony, do Walmart, Chrysler e outras que deixaram o país, não é caso isolado. Desde 2018, ao menos 15 multinacionais de vários setores deixaram o Brasil. Economistas temem que a interferência do presidente Bolsonaro (ex-PSL) na Petrobras, com mudanças intempestivas no comando e no Conselho de Administração possa motivar outras companhias a deixarem o país nos próximos meses.

É preciso muito mais do que uma política econômica virtual e delírios do ministro da Economia para estancar essa sangria, que deixa como rastro mais dramático milhares de trabalhadores sem emprego e desalentados. Enquanto vários países se recuperam rapidamente da crise, com políticas eficazes de saúde e na economia, o Brasil se mostra um ponto fora da curva.